



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ETP COMPRAS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

A presente demanda nasce da necessidade de promover o **controle de luminosidade e proteção solar** nos ambientes de trabalho das diversas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

A ausência ou ineficiência de barreiras físicas nas janelas impacta diretamente:

- **A Saúde Ocupacional:** O excesso de claridade e reflexos nas telas de computadores causa fadiga visual e desconforto térmico aos servidores e colaboradores.
- **A Conservação Patrimonial:** A incidência direta de raios solares acelera a deterioração de mobiliários, equipamentos eletrônicos e acervos documentais.
- **A Privacidade e Segurança:** Há necessidade de resguardar a visibilidade interna das unidades administrativas e cartórios eleitorais frente ao público externo em horários específicos.

Portanto, busca-se uma solução que garanta a adequação técnica dos ambientes às normas de ergonomia e o uso eficiente do sistema de climatização, mitigando o calor excessivo provocado pela radiação solar.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

- Processo SEI da contratação anterior: (0003752-37.2023.6.14.8000);
- Destaca-se que a vigência das atas de persianas encerrará no mês de janeiro/2026: ARP nº 17/2024 (0002596621), ARP nº 18/2024 (0002596627) e 19/2024 (0002596636).

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto é comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado. Seus padrões de qualidade podem ser descritos de forma objetiva através da especificação de:

- **Materiais:** Tipo de tecido ou lâmina (ex: poliéster, PVC, tela solar/screen, *blackout*), fatores de abertura e proteção UV;
- **Mecanismos:** Sistemas de acionamento (correntes, pêndulos, trilhos) e acessórios de fixação;
- **Execução:** Procedimentos padrão de medição e montagem nas janelas e divisórias.

2.1.1.1. Dessa forma, a escolha da proposta mais vantajosa pode ser feita preponderantemente pelo critério de preço, garantida a conformidade técnica, sem a necessidade de avaliações subjetivas ou de alta complexidade intelectual.

2.1.2. Os materiais objeto da contratação podem ser classificados nas seguintes classes e códigos do Sistema de Catálogo de Material (CATMAT):

Item	PDM	Código do material
1 - Persiana vertical	760	482653
2 - Persiana rolo	10682	421687

2.1.2.1 Em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, constatou-se que o objeto da contratação ainda não é um item padronizado disponível no Catálogo Eletrônico de Padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>).

2.1.3. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

2.2. Necessidade continuada do fornecimento

(x) SIM, conforme justificativa abaixo. () NÃO

- necessidade de manter as condições de salubridade e eficiência energética das edificações públicas de forma ininterrupta;
- a contratação continuada foca na disponibilidade e manutenção, garantindo que o ambiente de trabalho permaneça funcional ao longo do tempo;
- as persianas reduzem a carga térmica dos ambientes, exigindo menos dos sistemas de ar-condicionado;
- persianas possuem mecanismos sujeitos a desgaste (cordas, trilhos, suportes). Uma contratação comum de "compra e entrega" não cobre o reparo. A continuidade garante que, ao quebrar, o item seja consertado ou substituído imediatamente, mantendo a padronização e a funcionalidade;
- a contratação por longo prazo permite manter a identidade visual das fachadas e interiores. Trocas pontuais e aleatórias costumam gerar "colchas de retalhos" (cores e modelos diferentes), o que fere o princípio da padronização e a imagem de zelo da Administração Pública.

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (x) NÃO

Apesar da necessidade continuada, não há motivos técnicos e/ou econômicos para a vigência plurianual.

2.3. Forma/regime de fornecimento

2.3.1. O fornecimento do material dar-se-á por meio de entregas parceladas, na forma prevista no Termo de Referência.

2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

() Sim (x) Não. Justificativa: Considerando que o objeto possui natureza de fornecimento contínuo, a utilização do SRP é desaconselhada por gerar um fluxo administrativo ineficiente de diversas contratações

isoladas. Para assegurar a continuidade do serviço público, entende-se que o contrato por escopo de demanda é a solução que melhor atende ao interesse público, permitindo o acompanhamento unificado do cronograma e a prorrogação do ajuste de forma mais célere e segura. Em observância ao princípio da eficiência, a modelagem de contrato de fornecimento contínuo sob demanda, com quantitativos estimados com base no histórico de consumo, garantindo unidade na gestão, economia de escala e previsibilidade orçamentária, a exemplo da contratação realizada pelo TRT da 9ª Região - Edital nº 90002/2026 (<https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2026/295>).

Não cabe em nenhuma hipótese do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

() SIM (x) NÃO

A vedação justifica-se pelas seguintes razões técnicas e administrativas:

- 1) **Natureza do Objeto:** O fornecimento de persianas e sua instalação constituem uma atividade técnica de baixa complexidade, perfeitamente executável por uma única empresa especializada no ramo;
- 2) **Unicidade de Responsabilidade:** A concentração da execução em um único fornecedor assegura a **garantia integral** do serviço. Muitas vezes, a garantia do produto (tecido/mecanismo) está condicionada à instalação correta; ao vedar a subcontratação, a Administração garante que a contratada responda tanto pela qualidade do material quanto pela perfeição da montagem;
- 3) **Eficiência na Fiscalização:** A manutenção de um único interlocutor facilita a gestão e a fiscalização do contrato por parte do TRE/PA, agilizando a resolução de eventuais problemas ou correções durante a instalação nas unidades.

2.6. Exigência de amostra/prova de conceito

() NÃO (x) SIM, justificativa:

Justificativa para a exigência de amostra: considerando que uma análise meramente formal da proposta *versus* edital por vezes não é suficiente para conferir segurança à Administração quanto à adequação do objeto ofertado pelo particular, a exigência de amostra é importante para a decisão quanto à aceitabilidade da proposta. Importante destacar que a amostra só será exigida quando não for possível obter informações no site do fabricante, ou em catálogos oficiais do produto/material.

Ademais, nos casos em que efetivamente necessária a exigência de amostra, a omissão da medida potencializa os riscos de má execução do contrato.

O TR vai disciplinar a forma como essa etapa ocorrerá, bem como os critérios a serem adotados para a avaliação.

2.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

2.7.1. Para todos os itens, o prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.8. Garantia de execução contratual

() SIM (x) NÃO

Justificativa: A exigência de garantia de execução contratual, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será aplicada a esta contratação pelas seguintes razões:

- 1) **Baixa Complexidade:** Trata-se de objeto comum, de pronta entrega e instalação (escopo fechado), sem riscos técnicos elevados que justifiquem a retenção de valores ou apresentação de apólices;

- 2) **Economicidade:** A exigência de garantia gera custos administrativos e financeiros para as licitantes (custos de apólices ou capital imobilizado), que são repassados ao preço final ofertado à Administração. A dispensa da garantia visa obter preços mais competitivos;
- 3) **Segurança no Pagamento:** O risco de inadimplimento é mitigado pelo próprio fluxo de liquidação da despesa, uma vez que o pagamento à contratada somente será realizado após a conferência e o recebimento definitivo dos bens e serviços executados, conforme atestado pelo fiscal do contrato.

2.9. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

Justificativa: Tratando-se de objeto de natureza comum e de utilização intuitiva e rotineira (acionamento mecânico manual), não se vislumbra a necessidade de ações específicas de capacitação, treinamento ou transferência de tecnologia para os servidores do TRE/PA.

2.10. Requisitos legais

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.10.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, nas contratações públicas no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços.
- Instrução Normativa SEDGG/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEDGG/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Não foram identificados requisitos legais específicos inerentes ao objeto a ser contratado.

2.11. Requisitos temporais

2.11.1. Prazo de entrega

O prazo para o fornecimento e a instalação definitiva dos bens, contados a partir da data de recebimento da **Ordem de Fornecimento** pela CONTRATADA, será de:

a) **Até 30 (trinta) dias corridos** para os itens destinados à **Região Metropolitana** (Itens 6 e 7), compreendendo os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Santa Izabel do Pará;

b) **Até 60 (sessenta) dias corridos** para os itens destinados ao **Interior do Estado** (Itens 1 ao 5 - demais municípios).

2.11.2. Local de entrega

2.11.2.1. A Contratada deverá agendar a entrega por meio dos telefones constantes na tabela abaixo, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, com os servidores responsáveis pelas unidades;

2.11.2.2. O transporte do material até o local de entrega é de inteira responsabilidade da Contratada.

2.11.2.2. A entrega e montagem do material será realizada em dias úteis, no horário de 08 às 14 horas, nos endereços abaixo:

Zona/Município	Endereço e Horário de Atendimento	CEP	Telefone (91)	FAX
1 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468187	9133468161
2 - CACHOEIRA DO ARARI	RUA CORONEL GUILHERME FEIO, S/N (ESQ. TRAV. CIPRIANO SANTOS)	68840000	9133468272	9137581108
3 - SOURE	6 RUA, SN - ENTRE TRAV. 13 E 14	68870000	9133468112	
4 - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35	68740000	9133468146	9137213558
4 - PAE SANTA MARIA DO PARÁ	RUA DA ESTRELA, S/N (ENT. XAVIER PACHECO E DR. RAIOL)	68.738000	9133468136	
5 - IGARAPÉ-AÇU	AV. MAGALHÃES BARATA, 2110	68725000	9134411325	9134411325
5 - PAE SÃO FRANCISCO DO PARÁ	RUA RICARDO RODRIGUES, 550	68748000	9133468128	9137741239
6 - IGARAPÉ-MIRI	RUA DEP. GRACIANO ALMEIDA, N. 10, BAIXA VERDE	68430000	9133468113	9137551270
7 - ABAETETUBA	RUA SETE DE SETEMBRO, S/N	68440000	9133468114	9137511898
8 - VIGIA	AV. MAGALHÃES BARATA S/N, VILA NOVA.	68780000	9133468115	9137311515
9 - CURUÇÁ	RUA BENEDITO DE OLIVEIRA, ESQ. RUA GONÇALO FERREIRA	68750000	9133468116	9137221342
10 - MUANÁ	RUA CEL MANOEL IZIDRO DA SILVA, S/N	68825000	9133468285	9134941222
11 - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	RUA PADRE SÁTIRO, 231	68660000	9133468117	9133468259
11 - PAE IRITUIA	RUA JOAQUIM NEPOMUCENO, S/N	68655000	9133468139	9134431134
12 - CAMETÁ	TV. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 513	68400000	9133468149	9137811570
13 - BRAGANÇA	RUA DOM PEDRO II, 300	68600000	9133468102	9134253080
14 - VISEU	AV. DR. JUSTO CHERMONT, 499, S/N	68620000	9133468277	9134291255
15 - BREVES	AV. RIO BRANCO, 439	68800000	9133468176	9137831070
16 - AFUÁ	PRAÇA ALBERTINO BARAUNA, S/N	68890000	9633468278	9636891342
17 - CHAVES	AV. INDEPENDÊNCIA, 550	68880000	9633468279	9636971187
18 - ALTAMIRA	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, S/N, AO LADO DO HEMOPA	68372005	9333468118	9335153131
19 - MONTE ALEGRE	RUA RAIMUNDO JOSÉ DA COSTA, S/N	68220000	9333468280	9335333155
20 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468105	9335232961
21 - ALENQUER	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, S/N	68200000	9333468434	9335261011
22 - ÓBIDOS	AV. DOM FLORIANO, 348	68250000	9333468281	9335472070

23 - MARABÁ	AV. VP-03, FOLHA 16, QUADRA 36, LOTE 10.	68508970	9433468145	9433224732
24 - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	RUA DOM SEBASTIÃO THOMAZ, 2994	68540000	9433468171	9434212239
25 - CAPANEMA	TV. RUI BARBOSA, 171	68700000	9133468119	9134621595
25 - PAE PEIXE-BOI	PEIXE-BOI, CENTRO	68734000	9133468135	
26 - GURUPÁ	AV. SANTO ANTONIO, 1290	68300000	9133468265	9136921302
27 - PONTA DE PEDRAS	RODOVIA MANGABEIRA - KM 01	68830000	9133468158	9137771118
28 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468162	9132764397
29 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468179	9133468189
30 - BELÉM	TV. ITABORAÍ, 46 CRUZEIRO ICOARACI	66810030	9133468154	9133468154
31 - MARACANÃ	RUA CANTÍDIO GUIMARÃES, S/N	68710000	9133468120	9134481252
32 - MARAPANIM	RODOVIA PA-318, KM 20, S/N, AO LADO DO ESTÁDIO MUNICIPAL	68760000	9133468121	9137231193
33 - NOVA TIMBOTEUA	AV. CHARLES ASSAD - SN, SÃO FRANCISCO	68730000	9133468122	9134691216
33 - PAE PRIMAVERA	TV. BARTOLOMEU DOS SANTOS, S/N	68707000	9133468132	9134811253
34 - ITAITUBA	PASSAGEM CLOSDON BORGES DO VALE, N. 15	68180100	9333468123	9335182163
35 - BAIÃO	AV. LEVINDO ROCHA, 136	68465000	9133468283	9137951189
35 - PAE MOCAJUBA	RUA MANOEL DE SOUSA FURTADO, S/N	68420000	9133468284	9137961839
36 - SANTA ISABEL DO PARÁ	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1309	68790000	9133468124	9137442164
37 - MOJU	AV. DAS PALMEIRAS, S/N - (AO LADO DO INSS)	68450000	9133468125	9137561250
38 - ORIXIMINÁ	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1919	68270000	9333468429	9335441656
39 - TOMÉ-AÇU	AV. BENIGNO GOES FILHO, S/N	68680000	9133468274	9137271146
40 - TUCURUÍ	AV. MICHEL DIB TACHY, S/N - 08 ÀS 13 H.	68459882	9433468126	9437874957
41 - OURÉM	RUA HERMENEGILDO ALVES, 220	68640000	9133468150	9134671236
42 - PARAGOMINAS	RUA ULISSES GUIMARÃES, S/N	68626380	9133468127	9137293530
43 - ANANINDEUA	Cidade Nova II, Trav. WE 13, s/n	67030160	9133468111	9132553100
44 - PORTEL	RUA 02 DE FEVEREIRO, SN	68480000	9133468286	9137841191
45 - OEIRAS DO PARÁ	RUA GOVERNADOR MAGALHÃES BARATA, 801	68470000	9133468156	9136611528
46 - SANTANA DO ARAGUAIA	AV. DR. EDUARDO CELESTINO RODRIGUES, QD 16, Nº 14	68560000	9433468287	9434311008
48 - SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	AV. PRESIDENTE VARGAS, 41 (BEIRA RIO)	68820000	9133468310	9137641502
49 - MÃE DO RIO	TV. ALFREDO CHAVES, 630	68675000	9133468260	9134441447
50 - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35	68740000	9133468200	9137213558
50 - PAE SÃO DOMINGOS DO CAPIM	AV. LAURO SODRÉ, S/N	68635000	9134831108	
51 - RONDON DO PARÁ	RUA POUSO ALTO, S/N	68638000	9433468433	9433261873

52 - AUGUSTO CORRÊA	TV. ANASTÁCIO DE BRITO, S/N	68610000	9133468130	9134821268
53 - SÃO FÉLIX DO XINGU	AV. PIAUÍ, QD 239, LOTE 4	68380000	9433468288	9434351616
54 - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	RUA RAIMUNDO UCHOA TENÓRIO, S/N, ENTRE 13 DE MAIO E HENRIQUE DIAS, CENTRO	68360000	9133468159	9135561572
55 - ALMEIRIM	ROD. ALMEIRIM/PANAICA, 27, CENTRO	68230000	9333468289	9337371255
56 - ITUPIRANGA	RUA ALAGOAS, SN ESQ. COM AV GOIÁS	68580000	9433468131	9433331148
57 - SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	AV. LUIS LOPES RIBEIRO S/N	68518000	9433468290	9433791144
58 - CURIONÓPOLIS	AV. SERGIPE, 110	68523000	9433481330	9433481330
59 - REDENÇÃO	RUA MANOEL VICENTE PEREIRA, QUADRA 22, SN	68552760	9433468198	9434241959
60 - RIO MARIA	RUA 09, 783	68530000	9434281150	9434281154
61 - XINGUARA	VIA GILSON DANTAS, S/N, CENTRO	68555000	9433468175	9434263785
62 - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	RUA MAJOR EDSON-QD 63, SETOR 2, ALTO BEC	68570000	9433468291	9433311400
64 - SALINÓPOLIS	LOTE 05 - QD 74 - ATRÁS DO HOSPITAL REGIONAL	68721000	9133468133	9134231632
65 - BARCARENA	ROD. MOURA CARVALHO, S/N - ESQ. COM A RUA DOZE DE OUTUBRO	68445000	9133468134	9137532028
68 - RURÓPOLIS	AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 325	68165000	9333468137	9335431127
69 - JACUNDÁ	RUA PINTO SILVA, 194	68590000	9433468138	9433451217
70 - CAPITÃO POÇO	TV. FERNANDO GUILHON, S/N.	68650000	9133468152	9134681206
72 - ANANINDEUA	Cidade Nova II, Trav. WE 13, s/n	67130440	9133468140	9132350813
73 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468164	9132765536
74 - TUCUMÃ	AV. BELÉM, 301	68385000	9433468292	9434331463
75 - PARAUAPEBAS	RUA D QD 37 LT 26-27	68515000	9433468101	
76 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468196	9132764236
78 - MARITUBA	RUA DO FIO, 48	67200000	9137961839	
79 - URUARÁ	AV. GOIÁS, LOTE 12, QUADRA 058	68140000	9333468141	9335322224
80 - PACAJÁ	RUA INES SOARES, S/N	68485000	9133468142	9137981516
81 - GARRAFAO DO NORTE	TV. AGOSTINHO BRASIL, 885	68665000	9134344183	9134344183
82 - PORTO DE MOZ	RUA SIMPLICIANA FARIAS, 1445	68330000	9333468199	9337931105
83 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468107	9335232989
84 - DOM ELISEU	RUA GONÇALVES DIAS, S/N	68633000	9433468294	9433351520
85 - MEDICILÂNDIA	RUA DOZE DE MAIO, 1.045	68145000	9335311933	9335311134
86 - CURRALINHO	RUA MARAMBAI, S/N ENTRE TRAV. MATRIZ E PAULO HENRIQUE. MARAMBAIA	68815000	9133468309	9136331314
87 - CONCÓRDIA DO PARÁ	RUA 13 DE MAIO, 483	68685000	9137281642	9137281200
88 - LIMOEIRO DO AJURU	RUA NILO FAYAL, 33	68415000	9136361101	
89 - TERRA SANTA	RUA PRUDENTE DE MORAES, 1178	68285000	9333468295	9335381576

90 - ANAJÁS	TV. DAS FLORES, AV. MAGALHÃES BARATA	68810000	9133468296	9136051249
91 - NOVO PROGRESSO	RUA QUATRO DE ABRIL, 791	68193000	9333468153	9335280270
92 - PRAINHA	PASSAGEM ANTONIO HUMBERTO DE CASTELO BRANCO, 150, BAIRRO DA PAZ	68130000	9333468297	9335341322
93 - TAILÂNDIA	AVENIDA BELÉM, S/N, QUADRA 2-A, LOTE 9-A	68695000	9133468143	9137522265
94 - ACARÁ	TV. CEZÁRIO ALVES, 501, ESQUINA COM PA 252 KM 01	68690000	9133468432	9137321163
95 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66015160	9133468167	9133468167
96 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468184	9132762454
97 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468185	9133468169
98 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66015160	9133468170	9132760847
99 - MELGAÇO	RUA DOZE DE OUTUBRO, 347	68490000	9133468298	9136371368
100 - MARABÁ	AV. VP - 03, FOLHA 16 QUADRA 36 LOTE 10	68511210	9433468110	9433230371
101 - NOVO REPARTIMENTO	RUA FILADELFIA, QUADRA 19, LOTE 16	68473000	9433468144	9437851139
102 - JACAREACANGA	AV. SANTOS DUMONT, 26	68195000	9333468266	9335421173
103 - BREU BRANCO	AV. JUSCELINO KUBITSCHKE, S/N	68488000	9433468201	9437861127
104 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468108	9335223416
105 - JURUTI	RUA JOAQUIM GOMES DO AMARAL, 1005	68170000	9333468153	9335361689
106 - PARAUAPEBAS	RUA D, QD 37 LT 26 E 27 ENTRE AS RUAS 6 E 8	68515000	9433468104	9433461102
BELÉM - SEDE E ANEXOS	RUA JOÃO DIOGO 288, CAMPINA, BELÉM- PA	66015-902	33468750	33468751

2.11.3. Vigência da Contratação

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.12. Critérios e práticas de sustentabilidade

(x) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam especialmente na Resolução CNJ nº 400/2021, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

a) Quanto ao Material (Produto):

- **Requisito (Atoxicidade e Durabilidade):** Os tecidos e materiais componentes das persianas devem ser livres de substâncias nocivas à saúde (como chumbo e metais pesados) e possuir baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs). O material deve ser lavável e de fácil higienização, dispensando produtos químicos agressivos.
- **Como Comprovar:** Apresentação de **Ficha Técnica, Catálogo Oficial ou Laudo do Fabricante** que descreva a composição do material (ex: 100% PVC, livres de chumbo) e as instruções de limpeza.
- **Momento da Exigência:** Na fase de **JULGAMENTO DA PROPOSTA** (para verificação da

conformidade técnica preliminar) e, caso solicitada, durante a análise da **AMOSTRA**.

b) Quanto às Embalagens e Resíduos (Logística Reversa):

- **Requisito:** Responsabilidade exclusiva da Contratada pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada de todas as sobras e embalagens (papelão, plásticos), sendo vedado o descarte nas lixeiras do Tribunal (Lei nº 12.305/2010).
- **Como Comprovar:**
 - 1) **Na Licitação:** Declaração expressa na proposta comercial de que a empresa assume a responsabilidade pela logística reversa das embalagens.
 - 2) **Na Execução:** Verificação visual pelo Fiscal do Contrato de que a empresa recolheu todo o resíduo gerado ao final da instalação.
- **Momento da Exigência:** Declaração na fase de **ACEITAÇÃO DA PROPOSTA** e verificação in loco no **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

c) Quanto à Execução do Serviço (Instalação):

- **Requisito (Instalação Limpa e Ruído):** Uso de métodos que minimizem poeira (ex: furadeiras com coletor) e respeito aos limites de ruído, evitando contaminação de equipamentos e interrupção dos trabalhos.
- **Como Comprovar:** Fiscalização *in loco* durante a prestação dos serviços. O descumprimento sujeita a Contratada à paralisação do serviço para adequação imediata.
- **Momento da Exigência:** Durante a **EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

2.13. Necessidade de transição contratual

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.14.1. Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.15. Considerações sobre a possibilidade de participação de Sociedades cooperativas

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.15.1. Não há vedação a participação de sociedades cooperativas.

2.16. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.16.1. Não há vedação a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.17.1. A participação na licitação observará as seguintes regras quanto ao enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP):

2.17.1. Para o **ITEM 7**, a contratação será exclusiva para ME/EPP, pois o valor estimado é de até R\$ 80.000,00 (LC 123/2006, Art. 48, I).

2.17.2. Para o **GRUPO 1**, a disputa será ampla, uma vez que o valor estimado supera o limite de R\$ 80.000,00, não sendo aplicada a cota reservada para não quebrar a unicidade da responsabilidade técnica e logística, conforme justificativa do ETP.

2.18. Indicação de marcas ou modelos

(☐) SIM (☒) NÃO

2.19. Vedação de marcas, modelos ou produtos

(☐) SIM (☒) NÃO

2.20. Indicação e justificativa dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira

- **Qualificação Técnica:** Em virtude da simplicidade do objeto (bens comuns) e por não se tratar de serviço complexo, não será exigida comprovação de qualificação técnica-operacional (atestados de capacidade técnica).
- **Qualificação Econômico-Financeira:** Considerando a natureza do fornecimento, o pagamento realizado somente após o recebimento dos bens e a ausência de riscos significativos, será exigida apenas a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis no mercado

Para atender à necessidade de controle de luminosidade e conforto térmico, identificaram-se as seguintes soluções técnicas disponíveis no mercado:

- **Solução 1: Fornecimento e instalação de Persianas (Verticais e Rolô):** Dispositivos mecânicos retráteis, compostos por lâminas ou tecidos técnicos, que permitem o controle gradual da entrada de luz e privacidade.
- **Solução 2: Aplicação de Películas de Controle Solar (Insulfilm):** Adesivos aplicados diretamente nos vidros das janelas para redução de calor e luminosidade.
- **Solução 3: Confeção de Cortinas de Tecido Tradicional:** Barreiras visuais confeccionadas em tecidos têxteis (algodão, linho, etc.) com trilhos ou varões.

3.1.1. Contratações Públicas similares identificadas e analisadas

Pesquisas realizadas no Painel de Preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) demonstram que a aquisição de persianas sob demanda (Sistema de Registro de Preços) é a prática padrão em órgãos do Poder Judiciário, devido à padronização estética e facilidade de manutenção.

Exemplos identificados:

- 1) **TRE/MG (Pregão Eletrônico nº 58/2023):** Registro de Preços para aquisição de persianas verticais e rolô com instalação. A escolha baseou-se na durabilidade e facilidade de higienização em comparação às cortinas de tecido.
- 2) **Justiça Federal/SP (Pregão nº 22/2022):** Contratação de persianas com tecido *screen* (tela solar),

visando eficiência energética e redução do uso de ar-condicionado.

- 3) **TRE/RS (PE nº 15/2021):** O órgão optou pela substituição gradativa de cortinas de tecido por persianas rolô, citando a redução de custos com lavanderia e melhoria na saúde ocupacional (menor acúmulo de poeira).

3.1.1.2. Soluções técnicas disponíveis

Conforme detalhado no item 3.1, o mercado oferece soluções de barreira física móvel (persianas e cortinas) e barreira física fixa (películas). A tecnologia atual das persianas (tecidos com proteção UV e fácil limpeza) apresenta-se como a evolução natural para ambientes corporativos.

3.1.1.3. Potenciais fabricantes

O mercado é amplo e competitivo (objeto comum), existindo diversos fabricantes nacionais renomados (como Amorim, Columbia, Luxaflex, Unilux, entre outros) e uma vasta gama de revendedores e empresas especializadas em instalação no estado do Pará aptas a participar do certame.

3.1.1.4. Condições usuais de aquisição ou de execução do objeto

As condições de mercado para este objeto geralmente seguem os seguintes parâmetros:

- **Prazo de Entrega/Instalação:** Varia de 20 a 30 dias úteis após a medição fina ("in loco"), devido ao tempo de fabricação sob medida.
- **Garantia:** O mercado oferece, por padrão, garantia de 12 (doze) meses para a instalação e funcionamento, podendo chegar a 5 (cinco) anos para determinados tecidos e mecanismos, dependendo do fabricante.
- **Forma de Pagamento:** Mediante ateste de recebimento definitivo (após instalação e testes de funcionamento), vedada a antecipação de pagamentos.

3.2. Comparação das soluções

A seguir, comparam-se as soluções identificadas sob os aspectos técnico, econômico e de manutenção:

A Solução 1 – Persianas (Verticais/Rolô):

- **Vantagens:** Permite controle dinâmico da luz (o usuário pode abrir, fechar ou bascular); possui tecidos técnicos que repelem poeira (antialérgicos); manutenção simples; estética corporativa padronizada.
- **Desvantagens:** Custo inicial médio; exige instalação especializada.

A Solução 2 – Películas de Controle Solar:

- **Vantagens:** Custo inicial baixo; não ocupa espaço interno.
- **Desvantagens:** Solução estática (não permite entrada total de luz em dias nublados); vida útil menor (ressecamento/bolhas); não garante privacidade total à noite (quem está fora vê quem está dentro se a luz estiver acesa). **Inviável como solução única.**

A Solução 3 – Cortinas de Tecido:

- **Vantagens:** Sensação de aconchego.
- **Desvantagens:** Acumulam ácaros e poeira (prejudicial à saúde em ambientes fechados com ar-condicionado); higienização complexa e custosa (necessita lavanderia especializada); estética residencial, pouco alinhada ao padrão de cartórios e escritórios.

3.3. Solução mais vantajosa

Com base na análise comparativa, conclui-se que a **Solução 1 (Persianas)** é a mais vantajosa para a Administração. Ela equilibra a necessidade de **controle luminoso** (que a película não oferece totalmente)

com a **saúde ocupacional e facilidade de limpeza** (superando as cortinas de tecido).

3.4. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

3.4.1. A contratação delineada adota a lógica de mercado "Just-in-Time" (sob demanda), prática comum no setor privado corporativo. Grandes empresas não estocam persianas; elas contratam fornecedores homologados para fabricação e instalação imediata conforme a necessidade de manutenção ou expansão de seus escritórios.

3.4.2. O modelo de pagamento (somente após instalação conferida) e a exigência de garantia técnica também espelham as práticas comerciais vigentes, garantindo que o Tribunal pague apenas pelo resultado efetivo, mitigando riscos de inexecução.

3.4.3. A vedação de adiantamento de pagamentos e a definição de multas por atraso alinham-se aos contratos de prestação de serviços da iniciativa privada, assegurando a proteção do capital e a exigência de nível de serviço (SLA) adequado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. Disposições Gerais do Fornecimentos:

4.1.1. O fornecimento envolverá as seguintes atividades: fornecimento de persianas, carga e descarga, embalagem e desembalagem, desinstalação (quando da substituição) e instalação.

4.1.2. A Empresa será convocada pelo Tribunal, por meio de Ordem de Fornecimento, contendo a metragem por ambiente, cubagem, valor dos bens, origem, destino, prazos e demais orientações.

4.1.3. As **ESPECIFICAÇÕES** de cada bem estão consignados abaixo:

TIPO	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA
1	PERSIANA VERTICAL	METRO QUADRADO (m²)
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: <ul style="list-style-type: none">• Confeccionada em PVC rígido;• com lâminas curvas de 89 mm e bordas arredondadas, na cor BEGE (o tom da cor bege será aquele aprovado por ocasião da amostra);• mecanismo de abertura com cordões de nylon no mesmo padrão de cor das lâminas ou na cor BRANCA;• mecanismo de controle de luminosidade e corrente da base do tipo “bola”;• trilhos e eixo de alumínio anodizado.		

TIPO	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA
2	PERSIANA ROLO	METRO QUADRADO (m²)

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

- Cortinas de funcionamento vertical do tipo “rolô”, confeccionadas em tecido com fator de proteção solar na cor BEGE, acabamento standard ou equivalente. Sistema com tubo em liga de alumínio extrudado, diâmetro aproximado entre 25 e 35mm;
- A transparência do tecido deverá ter fator de abertura 3%;
- As persianas em seu conjunto deverão garantir a reflexão solar superior a 65%, a transmissão solar inferior a 20% e; a transmissão UV inferior a 3%; ou percentuais bem próximos destes fatores;
- Tecidos estruturados com composição de Fibra de Vidro e PVC, resistentes às chamas;
- Enrolamento padrão: o tecido deve ter as opções de recolhimento para trás e para frente, dependendo da necessidade;
- Frestas laterais com no máximo 15 mm em ambos os lados (sem considerar guia lateral);
- Perfil inferior retangular para guia lateral em liga de alumínio extrudado, pintura eletrostática na cor branca, com canal para fixação do inserte plástico soldado no final do tecido e tampas plásticas com encaixe para cabo de tensão lateral;
- Suporte de fixação que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em diferentes posições, permitindo adequar sua posição conforme o local de instalação de forma a melhorar a ergonomia no manuseio da cortina;
- Suportes e parafusos para instalação em aço inoxidável;
- Corrente de acionamento com trava, independente do limite de altura, com baixo ruído. Corrente contínua com esferas plásticas de polietileno em cordão de poliéster na cor BEGE OU BRANCA. Peças e componentes em aço inoxidável;
- Cabo de tensão lateral em fibra sintética resistente e leve, na mesma cor do tecido utilizado com espessura inferior a 1,1mm. A fixação do mesmo é feita nas laterais por meio de peça-canal com trava de segurança por parafuso, que será encaixada em peça fixada no peitoril da janela.

4.2. Tabela de Grupo e Itens:

GRUPO 1: PERSIANAS VERTICAIS (TIPO 1) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
Item	Microrregião/Municípios	Quantidade Estimada anual	U.M	Pedido Mínimo	Valor Unitário por m ²	Valor Total por m ²
1	BAIXO AMAZONAS: Santarém, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Porto de Moz, Gurupá, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa e Juruti.	50 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$
2	NORDESTE: Castanhal, São Domingos do Capim, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará, Vigia, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Igarapé Açu, São Miguel do Guamá, Irituia, Mãe do Rio, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Timboteua, Primavera, Salinópolis, Capanema, Peixe Boi, Ourém, Bragança, Augusto Correa, Viseu, Abaetetuba, Barcarena, Moju, Tailândia, Igarapé Miri, Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Baião, Mocajuba, Acará, Concórdia do Pará, e Tomé Açu.	80 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$
3	MARAJÓ: Breves, Portel, Melgaço, Soure, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Afuá, Chaves e Anajás.	50 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$

4	SUDESTE: Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Xinguara, Rio Maria, Tucumã, São Felix do Xingu, Curionópolis, Parauapebas, Marabá, Rondon do Pará, Dom Eliseu, Paragominas, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Itupiranga, Novo Repartimento, Pacajá, Tucuruí, Breu Branco e Jacundá	50 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$
5	SUDOESTE: Altamira, Senador José Porfírio, Uruará, Medicilândia, Itaituba, Rurópolis, Novo Progresso e Jacareacanga.	50 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$
6	METROPOLITANA: Belém, Ananindeua, Marituba e Santa Izabel do Pará.	200 m ²	m ²	6 m ²	R\$	R\$

PERSIANAS ROLO (TIPO 2): FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
Item	Microrregião/Municípios	Quantidade Estimada anual	U.M	Pedido Mínimo	Valor Unitário por m²	Valor Total por m²
7	METROPOLITANA: Belém e Ananindeua	300 m ²	m ²	6 m2	R\$	R\$

4.3. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

A presente contratação atende ao princípio da padronização ao estabelecer especificações técnicas objetivas quanto à qualidade, durabilidade e acabamento dos materiais.

A definição de um padrão técnico visa assegurar:

- 1) **Uniformidade Estética:** Manutenção da identidade visual corporativa nas diversas unidades do TRE/PA;
- 2) **Facilidade de Manutenção:** Compatibilidade de peças e mecanismos, simplificando futuros reparos e reposições, evitando a diversidade excessiva de modelos que onera a gestão administrativa.

Ressalta-se que, até o momento, não foi identificado Catálogo Eletrônico de Padronização específico para este objeto disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. Metodologia de Cálculo

Para a definição dos quantitativos, utilizou-se a metodologia da **Média Histórica de Consumo Ajustada**, somada às **Demandas Represadas** e a uma **Margem de Segurança Técnica**.

A memória de cálculo considerou as seguintes variáveis:

1. **Série Histórica:** Análise do consumo efetivo das Atas de Registro de Preços anteriores (Processo SEI nº 0003752-37.2023.6.14.8000), vigentes até janeiro/2026.
2. **Inventário de Necessidades:** Levantamento das demandas de substituição imediata em Cartórios Eleitorais que passaram por reformas recentes ou cujas persianas atingiram o fim da vida útil (desgaste natural por insolação).
3. **Expansão/Padronização:** Previsão de substituição gradativa de cortinas de tecido por persianas

(material lavável e antialérgico) nas unidades que ainda não possuem o padrão definido.

5.2. Memória de Cálculo Detalhada

A) Para o GRUPO 1 – Persianas Verticais (Interior e Zonas Eleitorais):

Este item atende majoritariamente às Zonas Eleitorais do interior do Estado. A estimativa baseou-se na área média de janelas das unidades padrão do TRE/PA.

- **Base de Cálculo:** Considerou-se que cada Zona Eleitoral possui, em média, uma área envidraçada de aproximadamente 20 m² a 30 m².
- **Taxa de Substituição:** Estimou-se uma taxa de manutenção/troca de aproximadamente **10% a 15%** do parque instalado por ano, devido à vida útil do PVC sob sol intenso.
- **Distribuição Regional:**
 - *Cálculo:* (Número de Zonas na Região X Área média de janelas X Taxa de renovação anual) + Reserva técnica para sinistros.
 - *Exemplo prático (Item 2 - Nordeste):* Região com maior número de unidades (36 municípios). A estimativa de **80 m²** visa cobrir a substituição completa de aproximadamente 2 a 3 cartórios por ano, ou reparos parciais em diversas unidades.

B) Para o ITEM 7 – Persianas Rolô (Capital/Sede):

Este item destina-se prioritariamente aos prédios da Sede e Anexos na Região Metropolitana, onde o padrão arquitetônico exige persianas do tipo tela solar (*screen*) para eficiência energética.

- **Base de Cálculo:** Levantamento das áreas administrativas que passarão por readequação de layout no próximo exercício.
- **Demanda Represada:** Identificou-se a necessidade de substituição de persianas antigas em andares específicos da Sede que não foram contemplados na contratação anterior.
- **Cálculo:** Estimativa de **300 m²**, o que corresponde à cobertura de aproximadamente 2 andares completos do edifício-sede ou substituições pontuais em diversos gabinetes.

5.3. Justificativa da Margem de Segurança

Os valores foram estipulados para garantir que o Tribunal não fique desabastecido caso haja quebras acidentais imprevistas ou necessidade de remanejamento de unidades, evitando o fracionamento de despesa ou a necessidade de novas licitações para pequenos volumes.

5.4. Quadro Consolidado de Quantitativos

Grupo/Item	Item	Descrição	Região / Lote	Qtd. Estimada (m ²)	Justificativa Sintética
Grupo 1	1	Persiana Vertical	Baixo Amazonas	50	Manutenção corretiva de 11 municípios.
	2	Persiana Vertical	Nordeste	80	Maior densidade de cartórios (36 unid.).
	3	Persiana Vertical	Marajó	50	Manutenção corretiva de 12 municípios.
	4	Persiana Vertical	Sudeste	50	Manutenção corretiva de 21 municípios.
	5	Persiana Vertical	Sudoeste	50	Manutenção corretiva de 8 municípios.

	6	Persiana Vertical	Metropolitana	200	Atendimento a cartórios da capital e anexos.
Item 7	7	Persiana Rolô	Metropolitana	300	Padronização do Edifício Sede e Anexos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. Os valores abaixo foram extraídos dos últimos Editais de Licitação para aquisição do respectivo material:

GRUPO 1: PERSIANAS VERTICAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
Item	Microrregião	Quantidade Estimada anual	U.M	Valor Unitário	Valor Total
1	BAIXO AMAZONAS	50	m ²	R\$ 193,00	R\$ 9.650,00
2	NORDESTE	80	m ²	R\$ 316,88	R\$ 25.350,40
3	MARAJÓ	50	m ²	R\$ 310,63	R\$ 15.531,50
4	SUDESTE	50	m ²	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
5	SUDOESTE	50	m ²	R\$ 316,88	R\$ 15.844,00
6	METROPOLITANA	200	m ²	R\$ 138,90	R\$ 27.780,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 106.655,90

Item	Descrição	Microrregião	Quantidade Estimada anual	U.M	Valor Unitário	Valor Total
7	PERSIANAS ROLO. Fornecimento e Instalação	METROPOLITANA	300	m ²	R\$ 144,79	R\$ 43.437,00

6.2. O valor previamente estimado para a licitação será definido com base em ampla pesquisa de preços, realizada pelo setor técnico competente, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, conforme diretrizes do Art. 23 da Lei 14.133/21 e da IN Seges 65/21.

6.3. Em atendimento aos princípios da transparência e da publicidade que auxiliam na regência das contratações realizadas pela Administração Pública não há motivação para o estabelecimento de caráter sigiloso do orçamento estimado para a licitação.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Critério de Julgamento Adotado: MISTO

Para a presente contratação, adotar-se-á o critério de julgamento misto, dividindo o objeto da seguinte forma:

- **GRUPO 1 (Composto pelos Itens 1 ao 6):** Julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**.

- **ITEM 7 (Item Isolado):** Julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.2. Justificativa para o Agrupamento (Grupo 1)

Embora a regra geral seja o parcelamento individual, o agrupamento dos Itens 1 a 6 em um lote único justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes motivos:

- 1) **Ganho de Escala e Atratividade (Subsídio Cruzado):** O agrupamento une itens de maior volume e facilidade logística (como as unidades da Capital/Região Metropolitana) com itens de menor volume ou logística mais complexa (unidades do Interior). Essa estratégia visa evitar o risco de "itens desertos" ou preços excessivos para as localidades mais distantes, garantindo que o licitante vencedor atenda todo o estado com o mesmo padrão de qualidade.
- 2) **Eficiência Administrativa na Gestão Contratual:** A centralização da responsabilidade em uma única empresa para este conjunto de itens facilita a fiscalização, a gestão das ordens de fornecimento e o acionamento da garantia, reduzindo o custo processual de administrar múltiplos contratos para o mesmo tipo de objeto (persianas verticais/padrão).
- 3) **Padronização:** Assegura a homogeneidade visual e de materiais nas principais unidades do TRE/PA.

7.3. Justificativa para o Item Isolado (Item 7)

A separação do Item 7 em disputa autônoma justifica-se pela distinção de suas características técnicas (natureza do material/mecanismo distinta do padrão do Grupo 1) e/ou pela especificidade de sua destinação. Ao isolá-lo, amplia-se a competitividade para empresas que possuam *expertise* específica neste nicho, sem obrigá-las a assumir a logística complexa do Grupo 1, buscando-se assim o preço mais vantajoso para esta especificação.

7.4. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) Considerando a modelagem adotada:

- **Para o GRUPO 1:** Caso o valor total estimado do grupo supere o limite de R\$ 80.000,00 (art. 48, I da LC 123/2006), a disputa será ampla. Não será aplicada cota reservada de 25% dentro do grupo para não quebrar a unicidade da responsabilidade técnica e logística, o que poderia prejudicar a padronização e a garantia do serviço (conforme art. 49, II e III da LC 123/2006).
- **Para o ITEM 7:**
 - Se o valor estimado for **inferior a R\$ 80.000,00:** A participação será **exclusiva** para ME/EPP.
 - Se o valor for **superior:** A disputa será aberta, garantindo-se a preferência de contratação (empate ficto) conforme a legislação vigente.

7.5. Conclusão

A modelagem mista atende ao princípio da eficiência e da economicidade, equilibrando a necessidade de garantia de abastecimento em todo o estado (via Grupo 1) com a busca pela especialização e menor preço específico (via Item 7).

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A equipe de planejamento não vislumbra contratações que *guardem relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras*.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL(obrigatório) E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1 Alinhamento ao PEI:

- ☐ GDF - Garantia dos Direitos Fundamentais.
- ☐ AGOF - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
- ☒ AGG - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária;
- ☐ AGP - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- ☐ PS - Promoção da sustentabilidade;
- ☐ FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de dados

9.2. Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA): ☒ SIM ☐ NÃO

- Se constar no PCA, informe:
 - I) Portaria: 24.352/2025 (2851386)
 - II) Anexo: III
 - III) Item: 5

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Espera-se que após a aquisição/instalação dos bens tem por objetivo a proteção contra a incidência excessiva dos raios luminosos e, da luminosidade diurna natural, proporcionando a melhoria das condições de trabalho dos servidores deste Tribunal.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. A Equipe de Planejamento não vislumbra necessidade de adequação ambiental para utilização/instalação do material.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Para mitigar possíveis impactos ambientais, foram previstos requisitos específicos na especificação do objeto e no item 2.12 deste ETP que dispõe sobre os "Critérios e Práticas de Sustentabilidade".

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação:

- ☒ Pregão Eletrônico Tradicional
- ☐ **Pregão Eletrônico - SRP**
- ☐ Adesão à Ata de Registro de Preços
- ☐ IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

13.2. Considerações sobre a possibilidade/necessidade de renovação dos quantitativos da ata de registro de preços.

Não se aplica.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

() SIM (x) NÃO

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

(x) Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.

ANEXO I

ANÁLISE DE RISCOS

Mapa de Riscos

Riscos na Fase de Planejamento e Seleção do Fornecedor

Risco Identificado	Causa Provável	Consequências	Nível de Risco	Ação Preventiva / Mitigadora	Responsável
R1. Fracasso da licitação para unidades do interior ("Licitação Deserta")	Alto custo de mobilização para municípios distantes (ex: Marajó, Sul do Pará) e baixo interesse de empresas locais.	Não atendimento da demanda; Desgaste administrativo com repetição do certame.	ALTO	Mitigação: Agrupamento dos itens (conforme tópico 7 do ETP), unindo locais de difícil acesso com a capital para ganho de escala (subsídio cruzado). Divulgação ampla do edital.	Equipe de Planejamento
R2. Proposta com preço inexequível (Mergulho de Preços)	Erro de cálculo da licitante quanto aos custos de deslocamento e instalação no interior do estado.	Abandono do contrato logo após a homologação ou solicitação de repactuação precoce.	MÉDIO	Prevenção: Exigência de declaração de vistoria ou declaração de pleno conhecimento das condições locais de instalação. Análise rigorosa da exequibilidade das propostas suspeitas.	Equipe de Planejamento

Riscos na Fase de Execução Contratual (O mais crítico para este objeto)

Risco Identificado	Causa Provável	Consequências	Nível de Risco	Ação Preventiva / Mitigadora	Responsável
R3. Erro de dimensionamento (Persiana não cabe na janela)	Fabricação baseada apenas na estimativa do Edital, sem medição fina ("in loco") pela empresa.	Prejuízo financeiro; Atraso na instalação; Necessidade de refabricação; Janela descoberta.	ALTO	Prevenção (CRUCIAL): Inserir cláusula no TR obrigando a Contratada a realizar a Medição Fina (confirmação das medidas no local) antes de iniciar a produção, sob sua total responsabilidade.	Equipe de Planejamento
R4. Divergência de Tonalidade ou Material	Uso de lotes de tecido diferentes ou especificação genérica ("cor bege", "cor cinza").	Quebra do padrão estético do Tribunal; Diferença visual entre persianas de uma mesma sala.	MÉDIO	Prevenção: Exigência de aprovação de amostra ou catálogo técnico (swatch) pelo Fiscal Técnico antes da emissão da Ordem de Fornecimento.	Fiscal Técnico
R5. Instalação precária ou danos ao patrimônio	Mão de obra não qualificada; Falta de ferramentas adequadas (nível, furadeira com coletor de pó).	Persianas tortas ou que caem com o uso; Sujeira em equipamentos de informática; Danos à pintura/gesso.	MÉDIO	Mitigação: Exigência de "Instalação Limpa" no TR; Recebimento Provisório rigoroso (teste de abertura/fechamento em todas as peças); Retenção do pagamento até saneamento das pendências.	Fiscal Administrativo
R6. Descolamento ou travamento prematuro	Qualidade inferior dos componentes mecânicos (correntes, pêndulos, suportes).	Inutilização do bem em curto prazo; Necessidade de acionamento constante da garantia.	MÉDIO	Prevenção: Especificação técnica detalhada dos componentes (ex: "mecanismo em poliacetal de alta resistência") e exigência de garantia mínima de 12 meses.	Equipe de Planejamento

Mapa de Tratamento dos Riscos (Resumo)

Para os riscos classificados como **ALTO** (R1 e R3), as seguintes ações são mandatórias:

- Quanto ao Risco R1 (Deserto):** Manter a estratégia de agrupamento econômico (Capital + Interior) validada no item 7 deste ETP.
- Quanto ao Risco R3 (Medidas):** O Termo de Referência **deve** conter a obrigação expressa de que as medidas constantes no edital são estimativas. A ordem de fabricação só deve ser dada após a Contratada confirmar as medidas de cada vão, isentando o TRE/PA de erros dessa natureza.



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL CRISTINA SILVA LOPES, Chefe de Seção**, em 11/03/2026, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL OLIVEIRA REIS, Assistente**, em 12/03/2026, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2957170** e o código CRC **EC42396C**.

